

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN): UMA PERSPECTIVA DA SUA EVOLUÇÃO E DA SUA CONJUNTURA POLÍTICO-ESTRATÉGICA

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO): A PERSPECTIVE ON ITS EVOLUTION AND POLITICAL-STRATEGIC CONJUNCTURE

TENENTE-CORONEL GUSTAVO MONTEIRO MUNIZ COSTA

RESUMO

O presente artigo buscou, primeiramente, estudar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) após a Guerra Fria, a partir da análise de suas principais operações e decisões de cúpula, das novas adesões e parcerias e dos seus Conceitos Estratégicos. Posteriormente, analisou a sua situação recente, sua estrutura estratégico-operacional, os principais fatos exógenos à Aliança que a impactaram nos últimos anos, os trabalhos prospectivos “OTAN 2030: Unidos por uma nova Era” e a agenda “NATO 2030”, elaborados com vistas ao seu novo Conceito Estratégico, previsto entrar em vigor neste ano. Ao fim, concluiu que a Aliança evoluiu de um tratado de defesa coletiva territorial para um instrumento de atuação de seus principais membros além do espaço euro-atlântico e que a atual invasão russa à Ucrânia tende a fortalecer os laços entre os seus integrantes, minimizando os desentendimentos internos e desenvolvendo novas capacidades militares, com consequente aumento de sua importância político-estratégica no mundo.

PALAVRAS-CHAVE

OTAN; Conceito Estratégico; OTAN 2030; Evolução; Conjuntura.

ABSTRACT

The present article sought, first, to study the North Atlantic Treaty Organization (NATO) after the Cold War, from the analysis of its main operations and summit decisions, the new accessions and partnerships and its Strategic Concepts. Subsequently, the work analyzed its recent situation, its strategic-operational structure, the main facts exogenous to the Alliance that impacted it in recent years, the prospective studies “NATO 2030: United for a new Era” and the “NATO 2030” agenda, prepared with towards its new Strategic Concept, expected to be approved this year. In the end, it concluded that the Alliance evolved from a collective territorial defense treaty to an instrument for its main members to act beyond the Euro-Atlantic space and that the current Russian invasion of Ukraine tends to strengthen ties between its members, minimizing the internal disagreements and developing new military capabilities, with a consequent increase in its political-strategic importance in the world.

KEYWORDS

NATO; Strategic Concept; NATO 2030; Evolution; Conjuncture.

O AUTOR

Oficial de Cavalaria, formado na Academia Militar das Agulhas Negras em 1999. Possui os cursos de Comando e Estado-Maior pela ECEME e Avançado de Inteligência pela EsIME. Realizou o curso de Comando e Estado-Maior Internacional na *Führungsakademie der Bundeswehr*, na Alemanha. Atualmente comanda o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre.



1. Introdução

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) foi fundada em 1949 e, com a adesão da Macedônia do Norte, em março de 2020, reúne 30 países. A Aliança concentra pouco mais de 55% dos gastos militares do mundo e conta com um efetivo de cerca de 3,25 milhões de militares da ativa (SIPRI, 2021), tendo definido, em 2010, três tarefas essenciais: defesa coletiva, gerenciamento de crise e cooperação em segurança (NATO, 2010).

Ao longo de mais de sete décadas, a Aliança passou por diferentes desafios e situações capazes de afetarem diretamente sua coesão e propósito: a crise em Suez em 1956; a saída da França da sua estrutura de comando militar em 1966; e o próprio fim da Guerra Fria. Mais recentemente, a França buscava liderar a criação de uma força militar europeia, o que, por outro lado, encontrava resistência da própria Alemanha, como visto na declaração da Ministra da Defesa alemã na *Führungsakademie*, em 2021, que ratificava a importância da Aliança e dos Estados Unidos da América na defesa da Europa (ALEMANHA, 2021).

Em novembro de 2020, foi entregue o estudo “*OTAN 2030: Unidos por uma nova Era*” (NATO, 2020), encomendado pela própria Aliança a um grupo de especialistas independentes, como forma de auxiliar na elaboração de um novo Conceito Estratégico (CE), uma vez que o ainda em vigor é de

2010. Não obstante, em junho de 2021, na reunião de Chefes de Estado e de Governo dos países da OTAN, não houve a aprovação de um novo CE, sendo decidida a adoção da agenda “*NATO 2030*” (NATO, 2021), que consiste em nove propostas de atuação, entre elas a elaboração de um novo CE, a ser aprovado na próxima reunião de líderes em Madri, em junho de 2022.

Atualmente, conforme a própria declaração de líderes na última reunião de cúpula, em 24 de março de 2022, a invasão russa à Ucrânia representa o maior desafio à Aliança desde o fim da Guerra Fria (NATO, 2022). Assim, o presente artigo busca apresentar uma perspectiva da evolução da Aliança a partir do fim da Guerra Fria e da sua conjuntura político-estratégica até o presente momento, como forma de auxiliar a melhor compreender a presente crise na Europa.

Para tanto, o estudo foi dividido em três seções. A primeira, composta de síntese da evolução da OTAN, por meio de um estudo das adesões dos novos membros, de seus Conceitos Estratégicos e de suas operações até 2010. A segunda e principal seção contém análise sobre a OTAN a partir 2010, quando se publicou o CE ainda em vigor, apresentando-se uma síntese da estrutura estratégica e operacional, das suas operações nesse período, das suas ligações com outras organizações e dos principais fatos que impactaram os últimos 12 anos. Por

fim, apresentam-se: o estudo “*OTAN 2030: Unidos por uma nova Era*”, de 2022; e a agenda “*NATO 2030*”, aprovada em 2021, concebidos antes da invasão russa à Ucrânia e que visavam a orientar o seu novo Conceito Estratégico, previsto para entrar em vigor neste ano.

2. Desenvolvimento

2.1. Síntese da evolução da Aliança

Em 1949, a OTAN foi criada pelo Tratado do Atlântico Norte, conhecido como Tratado de Washington, tendo a adesão imediata de 12 países: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos da América (EUA), França, Holanda, Islândia Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido (NATO, 1949). Na década seguinte, tornaram-se membros: Grécia, Turquia e Alemanha. Somente em 1982, ocorreu a adesão do último país da Europa Ocidental, a Espanha.

Alguns países europeus ocidentais que integram a União Europeia (UE), como Suécia, Finlândia, Áustria e Irlanda, permanecem fora da Aliança. Os 14 membros seguintes da OTAN eram integrantes do antigo Pacto de Varsóvia, repúblicas da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ou regiões da ex-Iugoslávia. A República Tcheca, a Hungria e a Polónia foram os primeiros países do Leste Europeu a aderirem à OTAN, em 1999. Cinco

anos depois, outros sete países aderiram à Aliança, sendo eles: Bulgária; Romênia; Eslováquia; os três países bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia; e Eslovênia. Em 2009, aderiram Albânia e Croácia, complementando-se a atual conformação com a adesão de Montenegro, em 2017, e da Macedônia do Norte, em 2020 (NATO, 2021). Além da própria Ucrânia, a OTAN já havia designado a Geórgia como seu futuro membro (NATO, 2008)¹.

É possível, portanto, observar que a expansão recente da OTAN aconteceu por fases. Na primeira, com a adesão dos países fronteiriços à Alemanha e à Áustria (que não integra à OTAN), estendendo a linha de defesa da Aliança às fronteiras com a Belarus e a Ucrânia, seguindo com o isolamento do enclave russo no Mar Báltico, Kaliningrado, e finalizando em torno da Sérvia e da Bósnia-Herzegovina, o que enterrou qualquer futura aspiração de reconstrução da antiga Iugoslávia, minimizando os riscos de novas guerras nos Bálcãs.

Os 11 membros mais novos da Aliança, que aderiram a partir do ano 2000, investiram, em 2019, cerca de US\$ 13 bilhões em Defesa e dispõem de aproximadamente 170 mil militares da ativa, representando,

¹ A Geórgia e a Ucrânia foram designadas como futuros membros da OTAN, na Súmula da Reunião de Cúpula de Bucareste, de abril de 2008 (NATO, 2008), intenção reforçada no CE 2010. Vale lembrar que, além da invasão russa à Crimeia, à Ucrânia, em fevereiro de 2014 e atualmente (fevereiro de 2022), a Rússia invadiu a Ossétia do Sul, na Geórgia, em agosto de 2008, poucos meses após a Súmula de Bucareste.

respectivamente, 1,2% dos gastos de todos os membros da OTAN e 5,2% do seu efetivo (NATO, 2019). Dessa forma, infere-se que as adesões, a partir de 2000, não tiveram como objetivo o fortalecimento militar da Aliança, mas sim atender a outros objetivos político-estratégicos, tanto dos antigos membros da OTAN quanto dos que nela ingressaram.

Nesse quesito, é importante destacar que, dos 14 países que aderiram à OTAN a partir de 1990, 11 tornaram-se membros da UE, sendo as exceções Montenegro, Albânia e Macedônia do Norte, que, muito embora aspirem a ingressar no Bloco, ainda não tiveram suas adesões aceitas devido a vetos pontuais de países como a França e Bulgária (REUTERS, 2022). Portanto, a expansão da OTAN para o Leste Europeu é também consequência de um movimento de aproximação desses novos membros em direção à Europa Ocidental. Assim, para se candidatarem ao ingresso na Aliança, vários requisitos devem ser atingidos, inclusive, reformas políticas e econômicas. Conforme determina o Plano de Ação para Adesão à OTAN (MAP) (NATO, 1999), além da necessidade desses candidatos serem aceitos por unanimidade dos membros, eles não podem possuir disputas territoriais que não estejam sendo feitas por meios pacíficos, requisito não atendido pela Ucrânia desde 2014, em virtude dos conflitos na região de Donbass.

Quanto ao Conceito Estratégico (CE), este é o documento oficial da OTAN, aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo dos países membros, o qual descreve o ambiente de segurança em evolução e define os objetivos estratégicos da Aliança para os próximos anos. A OTAN adotou, ao longo de sua história, um total de sete CE, estando o atual em vigor desde 2010. Até 1990, durante o período da “Guerra Fria”, foram adotados quatro CE, todos com classificação de sigilo.

O CE 1991 foi elaborado a partir da necessidade de reorganização da Aliança. O ambiente estratégico definido nesse Conceito concentrou-se na retirada das tropas soviéticas dos países signatários do Pacto de Varsóvia e na independência de países da URSS. O documento definiu, ainda, a proliferação de mísseis balísticos e de armas de destruição em massa como risco potencial, tecendo considerações sobre disputas étnicas e territoriais, na Europa Central e Ocidental, até mesmo, com risco à segurança da Aliança. Ressalta-se que, antes da implementação desse CE, em novembro de 1991, a Eslovênia e a Croácia haviam declarado independência da ex-Iugoslávia, resultando nos primeiros conflitos que se sucederiam nos Bálcãs.

Não obstante, o artigo 41 do CE 1991 definia a possibilidade de emprego de tropas da OTAN dentro do escopo de missões da Organização das Nações Unidas, o que veio a ocorrer nos anos seguintes, por meio de

ataques aéreos da OTAN, em 1994 e 1995, em apoio à *United Nations Protection Force* (UNPROFOR) (ONU, 1996)². O resultado da intervenção da OTAN teve influência direta para a assinatura do Acordo de Dayton (OSCE, 1995), em dezembro de 1995, encerrando o conflito entre bósnios, croatas e sérvios, e permitindo a instalação imediata da missão IFOR da OTAN, sob mandato da ONU.

Porém, em março de 1999, um mês antes da aprovação de um novo Conceito Estratégico, a OTAN lançou a operação aérea *Allied Force*, novamente contra a ex-Iugoslávia, em face dos conflitos em Kosovo³. Antes das ações da OTAN, a Rússia e a China ameaçavam vetar qualquer medida que resultasse no estabelecimento de uma missão da ONU em Kosovo, ensejando uma operação da Aliança, sem mandato do CS/ONU e sem correspondência ao direito de legítima defesa, definido no Artigo 51 da Carta das Nações Unidas (BRING, 1999). Muito embora essa decisão da OTAN tenha gerado discussões à luz das leis internacionais, em 26 de março, dois dias após o início das operações da OTAN, a Rússia apresentou uma moção no CS/ONU para o fim imediato das ações contra ex-

Iugoslávia, que foi rejeitada por grande maioria do CS, incluindo o Brasil (UN, 1999). Tal fato, junto com declarações do então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, que defendeu a operação militar (UNITED NATIONS, 1999), deu respaldo à operação. Em junho de 1999, a Iugoslávia aceitou retirar suas tropas da região e estabelecer uma missão de paz da OTAN, sob o mandato da ONU, em Kosovo⁴.

O CE 1999, aprovado em meio à operação *Allied Force*, reforçava as preocupações do CE 1991, com a proliferação de armas de destruição em massa e a atuação de atores não estatais contra a Aliança. Porém, passava a definir claramente a principal mudança de posicionamento estratégico da OTAN: a possibilidade de atuação além da defesa coletiva e do espaço euro-atlântico, com emprego de suas tropas em missões “não-Artigo 5º”⁵, dentro de um contexto global e, inclusive, com o fito de preservar o fluxo de recursos vitais (NATO, 1999).

Destacam-se, no CE 1999, quatro aspectos que, na realidade, são a confirmação de decisões tomadas pela OTAN, nos anos anteriores: a implantação da Força Tarefa

²O CS/ONU, em sua resolução 836, de 4 de junho de 1993, aprovou, em junho de 1993, ataques aéreos, realizados por países individualmente ou por alianças militares, em apoio ao mandato da UNPROFOR. A OTAN lançou ataques contra alvos sérvios e bósnios-sérvios em 1994 e 1995 (ONU, 1996).

³Ao longo de 78 dias, a OTAN realizou cerca de 10.500 ataques aéreos contra posições iugoslavas, incluindo a capital Belgrado (NATO, 2016).

⁴Um mandato do CS/ONU criou então a *United Nation's Interim Administration Mission in Kosovo* (UNMIK), uma missão civil (ONU, 2020), amparando também a missão da OTAN *Kosovo Force* (KFOR), que desdobrou suas primeiras tropas na região dois dias após a decisão do CS/ONU e empregou, naquele mesmo ano, cerca de 50.000 militares, incluindo de países não membros da OTAN.

⁵O artigo 5º do Tratado de Washington define que um ataque armado contra um ou mais membros da Aliança será considerado como um ataque contra todos os seus membros (NATO, 1949).

Conjunta Combinada (CJTF), capaz de ser desdobrada e empregada rapidamente fora do continente europeu; a intenção de fortalecer a coordenação de ações de interesse comum com outras organizações, em especial a UE e a Organização para Cooperação e Segurança da Europa (OCSE); a busca por diálogos e estabelecimento de parcerias pontuais com a Aliança e outros países; e, por fim, a sinalização da intenção em receber novos membros.

O CE 2010, por sua vez, ainda em vigor no mínimo até este ano, reforça os principais aspectos do CE 1999. Destaque-se, em possibilidade de emprego de tropas onde houver interesse para a segurança dos países membros e de suas populações, reforçando, ainda, a menção à *NATO Response Force* (NRF), criada em 2002.

Verifica-se, nesse Conceito, a preocupação com tecnologias emergentes⁶ e com ataques cibernéticos, inclusive, por parte de militares e serviços de Inteligência estrangeiros. Essa crescente preocupação foi ratificada em decorrência dos ataques na Estônia, em 2007, que ensejaram a aprovação da Política de Defesa Cibernética da OTAN e das ações russas contra a Geórgia em 2008⁷.

⁶Atualmente, a OTAN nomeia essas tecnologias como Tecnologias Emergentes e Disruptivas (EDTs).

⁷Os ataques cibernéticos contra a Estônia, em 2007, paralisaram as estruturas econômicas e governamentais do país por 22 dias e ocorreram, provavelmente, dentro do contexto de uma Operação de Informação da Rússia (OTTIS, 2018). Em 2008, na invasão russa à Ossétia do Sul, pela primeira vez, observou-se um grande ataque cibernético, sem que seus autores fossem vinculados a um país, não obstante era possível observar que atuavam em coordenação com a operação militar terrestre russa (SHAKARIAN, 2011).

Observa-se, ainda, a preocupação com o terrorismo como uma ameaça à população dos países membros e à estabilidade mundial, essencialmente pelo risco de emprego de armas de destruição em massa. Porém, interpreta-se que o terrorismo é tido pelo CE 2010 como uma ameaça extraterritorial e não prioritária.

Outro direcionamento estratégico novo, no CE 2010, é a respeito da questão ambiental e climática, a qual é vista não como ameaça, mas sim como fator de preocupação, com potencial para afetar os planejamentos e as operações da OTAN, em face de escassez de água e de aumento das necessidades energéticas.

Portanto, observa-se que, enquanto o CE 1991 apontava para novos desafios e necessidade de reorganização da Aliança, diante do cenário pós-Guerra Fria, os CE 1999 e 2010 são, essencialmente, consolidação de decisões adotadas. Isso mostra a adaptação da OTAN a evoluções político-estratégicas fora dos Conceitos Estratégicos, sobretudo, pelos constantes encontros entre ministros das Relações Exteriores e da Defesa e do Conselho do Atlântico Norte (NAC).

2.2. A OTAN a partir do CE 2010

Entre as missões e operações da OTAN, as principais, em andamento ou que foram encerradas na última década (NATO, 2021), são as seguintes:

▪ *NATO Mission in Iraq* (NMI): missão “não combatente”, visando ao assessoramento e ao treinamento de forças iraquianas. A NMI foi criada em 2018, porém, desde 2004, a OTAN atua no Iraque com missões afins, que, inclusive, preveem a ligação com outros atores no combate ao Estado Islâmico (EI). Austrália, Finlândia e Suécia possuem militares para essa missão.

▪ *Kosovo Force* (KFOR): funciona em Kosovo, desde 1999, sob o mandato da ONU. Áustria, Finlândia, Suíça, Ucrânia e Moldávia são alguns dos países não membros que contribuem atualmente com a missão, com um total de cerca de 3.500 militares.

▪ *Resolute Support Mission* (RSM): missão “não combatente” no Afeganistão que sucedeu, em 2014, a *International Security Assistance Force* (ISAF) e foi encerrada em 2021. Visava ao treinamento e à capacitação das forças afegãs e operava sob mandato da ONU. Quanto à ISAF, foi desdobrada em 2001, a fim de combater as forças talibãs e o terrorismo, chegando a possuir 130.000 militares, de 51 países. Antes de iniciar a retirada definitiva das tropas em 2021, a RSM atuava com cerca de 9.600 militares, de 36 países, destacando-se, entre os não membros da OTAN, Armênia, Austrália, Azerbaijão, Geórgia e Mongólia, que forneciam cerca de 1.400 soldados à RSM.

▪ *Operation Sea Guardian* (OSG): missão com mandato da OTAN, no Mar Mediterrâneo e com o fito de combater o

terrorismo. Foi criada em 2016, sucedendo a *Operation Active Endeavour* (OAE), que, por sua vez, foi implantada após os ataques do 11 de Setembro, sob o Artigo 5º do Tratado de Washington. A OSG atua apenas com meios e pessoal da OTAN, incluindo aviões de Guerra Eletrônica (GE), submarinos e aviões de patrulhamento marítimo.

▪ *Enhanced Forward Presence* (eFP): é uma operação da OTAN desdobrada nos três países bálticos e na Polônia, operando plenamente desde 2017, com um efetivo total de cerca de 4.500 militares. Em cada país, há uma Força Tarefa (FT) comandada pelos EUA, Reino Unido, Alemanha e Canadá. As quatro FT são de valor batalhão reforçado, porém com efetivos e composição variada, inclusive dos meios de apoio ao combate. Recentemente, na cúpula de líderes, em 24 de março deste ano, em Bruxelas, a Aliança afirmou que irá desdobrar outras quatro Forças Tarefas em países do Leste Europeu: Bulgária, Romênia, Hungria e Eslováquia (NATO, 2022).

▪ *Operation Ocean Shield*: missão que funcionou entre 2009 e 2016, com uma Área de Operações que se estendia da costa leste da África, ao Golfo de Áden e até próximo ao estreito de Ormuz, visando ao combate à pirataria. Essa missão sucedeu as operações *Allied Provider* e *Allied Protector*.

▪ *Operation Unified Protector*: missão da OTAN, sob mandato da ONU, que funcionou entre março e outubro de 2011, na Líbia. A missão envolveu cerca de 8.000 militares, 260 meios aéreos e 20 navais, realizando quase 10.000 ataques aéreos contra posições militares líbias.

Existem, ainda, outras missões e operações específicas da OTAN, como de defesa antiaérea, na Turquia (NATO, 2022), e, especialmente, a de defesa antimísseis na Romênia, desde 2016, e outra prevista para estar em funcionamento na Polônia, ainda este ano (NATO, 2019). A OTAN afirma que esse sistema não tem capacidade ofensiva, porque seus mísseis somente podem ser empregados contra alvos aéreos, na defesa contra mísseis balísticos (NATO, 2022). Por outro lado, a Rússia vê como ameaça o desdobramento de mísseis no Leste Europeu, uma vez que esse sistema, conhecido como *Aegis Ashore*, é equipado com um sistema de lançamento MK 41s, o qual pode ser empregado para o uso de mísseis ofensivos, como *Tomahawk* (NYTIMES, 2022).

Com a criação da UE e da OSCE, por meio do CE 1999, que incentivava a aproximação com essas organizações, meios e pessoal da OTAN passaram também a serem empregados em missões da UE. Ao mesmo tempo, a OSCE passou a desempenhar um papel com certa semelhança com as missões de *Peacekeeping* e de *Peace Building* da

ONU. Um exemplo é a *Special Monitoring Mission to Ukraine* (SMM), desdobrada ainda em março de 2014, embora não conte com contingente armado e atue somente com civis (OSCE, 2021).

A UE conduz, atualmente, sete missões militares no mundo, além de outras civis, empregando cerca de 2.500 soldados (EU, 2021). Outros dez países contribuem com essas operações, representando cerca de 12% das tropas empregadas. Parte dessas operações são complementares, ou mesmo ocorrem na sequência às encerradas pela OTAN, como as operações SOPHIA⁸, ATALANTA⁹, ALTHEA¹⁰ e as missões de treinamento militar da UE (EUTM)¹¹. Ressalta-se que essas operações militares da UE não utilizam as estruturas físicas e de Comando e Controle da OTAN, muito embora a maioria dos meios empregados, o pessoal, as capacidades e a interoperabilidade sejam da Aliança.

⁸Em 2015, a União Europeia lançou a Operação SOPHIA, sucedida, em março de 2020, pela Operação IRINI. Enquanto a principal missão da primeira era combater a imigração ilegal para a Europa, a Operação IRINI atua, principalmente, na fiscalização do embargo de armas para a Líbia, sob mandato do CS/ONU. Cabe ressaltar que a empresa francesa Total (TOTAL, 2021) e a italiana ENI (ENI, 2021) exploram recursos energéticos na Líbia, enquanto a Turquia assinou, no final de 2019, dois acordos com o Governo de Acordo Nacional da Líbia (GNA), causando preocupações à UE (EU PARLAMENT, 2019).

⁹A Operação ATALANTA atua próxima ao estreito de Ormuz contra pirataria e sua principal missão, oficialmente, é proteger navios do Programa Alimentar Mundial (WFP) das Nações Unidas e outras embarcações vulneráveis. Estima-se que cerca de 12% do comércio mundial passe pela região de Ormuz, especialmente, aquele com destino à Europa.

¹⁰A Operação ALTHEA, na Bósnia e Herzegovina, substituiu a *Stabilization Force* (SFOR) da OTAN, em 2004, e conta com a participação, atualmente, de 19 países, inclusive, o Chile, único país não europeu na missão.

¹¹Atualmente, há quatro EUTM, desdobradas no Mali, na República Centro Africana, na Somália e, desde novembro de 2021, em Moçambique.

Essas operações apontam claramente as demandas e a utilização da OTAN de acordo com interesses/necessidades de cada país. Enquanto a OTAN é a maior garantia de integridade territorial, por exemplo, da Polônia, dos países Bálticos e, inclusive, dos Balcãs, ela é essencial ao atendimento de demandas internas de alguns países, como o combate à imigração ilegal para Espanha, Itália e Grécia. Porém, é na utilização da Aliança como instrumento para objetivos geopolíticos, inclusive, capazes de alterar cenários regionais, como em Kosovo e na Líbia, e fora do espaço euro-atlântico, como no Chifre da África, no Iraque e no Afeganistão, que se podem constatar propósitos além da defesa coletiva e tipificada nas suas outras duas tarefas essenciais: gerenciamento de crise e cooperação em segurança.

Pode-se concluir, ainda, que as operações e missões da OTAN não buscam complementar o papel que cabe à Organização das Nações Unidas na pacificação de conflitos ou na ajuda a outras nações, mas sim atuar onde é de seu interesse e onde a ONU não atende às suas necessidades.

Os gastos militares dos países membros da Aliança superaram, em 2019, US\$ 1 trilhão (55% dos gastos mundiais em defesa). Sem os EUA e o Canadá, esse percentual se reduz para cerca de 15% dos gastos mundiais, com pouco mais de US\$ 280 bilhões investidos pelos 28 membros europeus. Estima-se que somente a China destinou US\$ 260 bilhões às suas forças armadas em 2019, enquanto os gastos da Ásia (incluindo Rússia, China e Oriente Médio) e da Oceania totalizaram cerca de 40% dos investimentos mundiais em defesa (SIPRI, 2021).

“

[...]é na utilização da Aliança como instrumento para objetivos geopolíticos, inclusive, capazes de alterar cenários regionais, como em Kosovo e na Líbia, e fora do espaço euro-atlântico, como no Chifre da África, no Iraque e no Afeganistão, que se podem constatar propósitos além da defesa coletiva e tipificada nas suas outras duas tarefas essenciais: gerenciamento de crise e cooperação em segurança.

”

Não obstante a disparidade de investimentos e de capacidades entre os membros, a OTAN oferece uma equidade aos países por meio do seu processo de decisão, concedendo a todos os membros o poder de veto. Obviamente, predominam as decisões dos EUA e dos três principais membros europeus, Reino Unido, França e Alemanha. Ao mesmo tempo, os vetos na OTAN são raros. Normalmente, os países que têm alguma objeção a uma decisão, na OTAN, optam pela abstenção, chamada de “*opt-out*” (HONKANEN, 2002). Um exemplo foi o veto da Turquia, em 2001, quando a OTAN planejava proporcionar à UE o acesso às suas capacidades para a condução de operações militares (NYTIMES, 2001).

Quanto à atual estrutura estratégica militar, a OTAN a divide em duas: Comando Aliado de Operações (ACO) e Comando Aliado de Transformação (ACT).

O ACT é sediado em Norfolk, nos EUA, e seu comandante é designado por sistema de rodízio entre os países membros. Esse Comando é organizado para realizar quatro funções: pensamentos estratégicos; desenvolvimento de capacidades; educação, treinamentos e exercícios; e cooperações e engajamentos. Para tanto, o ACT possui três estruturas principais a ele subordinadas: o Centro Conjunto de Guerra (JWC), na Noruega; o Centro de Treinamento de Força Conjunta (JFTC), na Polônia; e o Centro de Análises Conjuntas e Lições Aprendidas

(JALLC), em Portugal. Ele ainda coordena ou mantém estreita ligação com a Escola e o Colégio de Defesa da OTAN e dezenas de centros de excelência de países membros. A combinação dessa estrutura com o fato de o Comando possuir representantes junto à sede da OTAN, ao ACO e ao Pentágono, nos EUA, denota uma eficiência do ciclo de evolução doutrinária e, conseqüentemente, da adaptabilidade e do desenvolvimento de novas capacidades da Aliança.

O ACO, por sua vez, tem seu quartel-general, o *Supreme Headquarters Allied Powers Europa* (SHAPE), em Mons, na Bélgica, e seu comandante é, tradicionalmente, um oficial general dos EUA. Ele é o Comandante Aliado Supremo da Europa (SACEUR) e, ao mesmo tempo, o Comandante do Comando dos EUA na Europa (EUCOM).

O ACO possui dois comandos operacionais na Europa, *Joint Force Commands* (JFC), em Brunssum (Países Baixos) e em Nápoles (Itália), ambos capazes de lançarem e comandarem uma CJTF. Em 2021, passaram a funcionar plenamente outras duas estruturas de nível operacional, o Comando de Força Conjunta (JFC), sediado em Norfolk, nos EUA, junto com a 2ª Frota da Marinha norte-americana, responsável por proteger as linhas marítimas no Atlântico Norte, e o *Joint Support and Enabling Command* (JSEC), em Ulm, na Alemanha, responsável pela Área de Retaguarda da

OTAN e pelo fluxo de tropas e meios entre as sedes nos estados-membros e as Áreas de Operações da OTAN.

Observa-se que a decisão de reestruturar o ACO, bem como da criação da NRF, ocorreu na Reunião de Cúpula de 2002, em Praga (NATO, 2002). Por outro lado, a criação do JSEC e do JFC de Norfolk foi decidida na reunião entre os Ministros da Defesa dos países aliados, em junho de 2018, quando também se criou o *Composite Special Operations Component Command* (C-SOCC), entre Bélgica, Dinamarca e Países Baixos, (NATO, 2018) confirmando a adaptação da OTAN, para além dos CE.

Em 2016, a Aliança definiu que deveria ser capaz de se defender no espaço cibernético, assim como faz no espaço aéreo, marítimo e terrestre. Dessa forma, sucederam-se medidas, desde o nível político até o tático (NATO, 2021): aumento da interação com a UE¹²; estabelecimento de parcerias com o setor privado, por meio da *NATO Industry Cyber Partnership* (NICP); criação do Centro de Operações de Espaço Cibernético (COC), subordinado ao SHAPE e previsto para estar em pleno funcionamento até 2023. Com esse Centro, vislumbra-se que a OTAN venha também a deter a capacidade de realizar

ataques cibernéticos (REUTERS, 2018).

A principal força de emprego conjunto da OTAN é a *NATO Response Force* (NRF), com um efetivo de até 40.000 militares, atuando sob comando operacional dos JFC de Brunssum e de Nápoles, mediante rodízio. A OTAN busca, desde 2018, implementar o conceito “Quatro Trintas”, que consiste em desdobrar 30 batalhões blindados ou mecanizados, 30 esquadrões aéreos e 30 navios de combate, em até 30 dias (NATO, 2018).

Ainda dentro da NRF, existe, a partir da decisão da Reunião de Cúpula de 2014, uma força de pronta-resposta denominada *Very High Readiness Joint Task Force* (VJTF). Ela consiste em um componente terrestre nível brigada, com cerca de 5.000 militares, contendo 5 batalhões, apoiados por meios aéreos, terrestres e de forças especiais. A VJTF deve ser capaz de ser desdobrada em até sete dias, com seus primeiros elementos deslocando-se em 48 horas.

A composição da VJTF é multinacional e também por rodízio entre os países e entre os JFC de Brunssum e de Nápoles. Em 2022, a responsabilidade pelo Comando da VJTF é da França, que conta ainda com tropas e meios, principalmente da Alemanha, de Portugal, da Espanha e da Polônia. Sua composição dura 18 meses, incluindo o adestramento, que inicia seis meses antes da sua assunção. Parte da VJTF foi desdobrada

¹² Além de exercícios e formação de pessoal, especialmente na *NATO Communications and Informative Systems School* (NCISS), na Escola da OTAN e em Centros de Excelência junto a ela acreditados, como o Centro Cooperativo de Defesa Cibernética (CCDCOE), a Aliança mantém cooperação com o Centro Europeu de Excelência para Contenção de Ameaças Híbridas (Hybrid CoE), uma estrutura civil e subordinada ao Governo da Finlândia.

dentro de países membros após a atual invasão russa à Ucrânia.

A OTAN possui, com a *Naval Striking and Support Forces NATO* (STRIKFORNATO), uma força expedicionária com meios navais e anfíbios. Essa força, no entanto, comandada e composta pela 6ª Frota Naval dos EUA, subordina-se diretamente ao SACEUR e não ao JFC, como ocorre com a NRF e a VJTF.

Como forma de aumentar a disponibilidade de tropas para missões conduzidas pela OTAN e, até mesmo, da NRF, a Aliança busca capacitar os países parceiros a atuarem dentro da sua estrutura. Nesse ponto, a fim de atrair novos parceiros, ela oferece cerca de 1.200 atividades a esses países, variando de acordo com a parceria firmada, incluindo cursos, exercícios combinados e troca de dados de Inteligência.

Após a criação do programa Parceria pela Paz (PfP), em 1994, a OTAN estabeleceu, em 1999, o Conceito de Capacidade Operacional (OCC), que ainda hoje visa a avaliar e a capacitar tropas de países não-membros a operarem junto ou sob o comando da OTAN. Essa decisão veio da experiência da *Implementation Force* (IFOR) e da SFOR, missões da OTAN na Bósnia-Herzegovina, quando então participaram tropas e militares de países do programa PfP e outros, como a Argentina e o Chile¹³.

¹³A IFOR foi uma missão da OTAN, que desdobrou cerca de 60.000 militares, sob mandato da ONU, de Dez 1995 a Dez 1996, na Bósnia-Herzegovina, substituindo a missão da ONU

Os países fora da Aliança são divididos em quatro grupos: países do programa PfP, que também integram o Conselho de Parceria Euro-Atlântico (EAPC) com a OTAN; Diálogo do Mediterrâneo (MD); Iniciativa para Cooperação de Istambul (ICI); e Parceiros ao redor do mundo, que não é formalmente um grupo, porém uma referência àqueles que não integram os demais. Em 2014, houve uma evolução nas oportunidades de parcerias, por meio dos programas: Iniciativa para Parceria de Interoperabilidade (PII) e Parceiros de Oportunidades Aprimoradas (EOP). Seis países são EOP: Finlândia, Suécia, Geórgia, Jordânia e Austrália, desde a implementação, e Ucrânia, desde 2020 (NATO, 2021).

Importante ressaltar que os nove países nomeados como parceiros ao redor do mundo estabeleceram as parcerias individualmente e as mantêm dentro das intenções e limitações que desejam¹⁴.

United Nation's Protection Force (UNPROFOR). Em Dez 1996, a IFOR passou a se chamar SFOR, que iniciou seu mandato com cerca de 30.000 soldados e funcionou até Dez 2005. Dezesete países não integrantes da OTAN (desses, 8 viriam a se tornar membros nos anos seguintes) enviaram contingentes militares para a SFOR (NATO, 2021).

¹⁴A Mongólia, a Nova Zelândia e a Austrália exerceram uma participação mais ativa no Afeganistão, por meio do envio de tropas. A Colômbia enviou uma fragata para o chifre da África em 2015, antes de aderir à parceria em 2017. A Coreia do Sul também enviou uma embarcação para a operação da OTAN na costa da África e implementou uma missão civil-militar, entre 2010 e 2013, para a reconstrução de uma província afegã. O Paquistão permitiu o fluxo logístico da OTAN por seu território e espaço aéreo. O Japão nunca enviou tropas para missões da OTAN, porém mantém relações estreitas com a OTAN, tendo doado somas para reconstrução do Afeganistão e dos países nos Bálcãs, inclusive por meio da ONU.

Em 2020, os ministros das relações exteriores de Finlândia, Suécia, Austrália, Japão, Coreia do Sul e Nova Zelândia participaram da reunião de ministros das relações exteriores da OTAN, para discutir sobre a mudança do balanço de poder mundial e a China (NATO, 2020). No Diálogo de Raisina, em abril de 2021, evento organizado pelo governo indiano, o Secretário-Geral da OTAN participou como convidado e reforçou o interesse da Aliança de estabelecer uma parceria com a Índia (NATO, 2021).

Importante observar, ainda, que a década de 2010 apresentou três situações significativas à Aliança, as quais ensejaram grandes necessidades de mudança em suas estruturas e em novas missões e operações militares.

A Primavera Árabe aumentou a instabilidade regional e trouxe guerras civis em uma área de interesse estratégico para alguns países membros da OTAN, como a Líbia e a Síria. Conseqüentemente, houve um aumento no número de refugiados para a Europa, causando efeitos diversos, desde a insatisfação de parte da população local, passando pelo fortalecimento de ideais nacionalistas até a infiltração de terroristas entre os imigrantes. O resultado foram operações militares no Mediterrâneo, no Sahel africano e na própria Europa, em apoio às forças policiais, como na França, na Itália e na Bélgica.

A segunda mudança significativa foi a invasão russa à Crimeia e ao leste da Ucrânia, em 2014, por meio de combinação sinérgica de tropas convencionais e irregulares, operações de informação e guerra eletrônica e cibernética (BARBOZA, 2018). Esse acontecimento não apenas confirmou a Rússia como uma real ameaça militar à OTAN, mas expôs a inatividade e/ou ineficácia da OTAN, da UE, da ONU e da política externa norte-americana, incapazes de demover a Rússia de suas ações na Crimeia e na região de Donbass. Esse foi o ponto de inflexão da atuação geopolítica da Rússia, como se constatou, posteriormente, nas questões envolvendo a Síria, a Venezuela, a Belarus, o conflito entre a Armênia e o Azerbaijão, culminando na atual invasão à Ucrânia. A partir da metade da última década, a Rússia, antes mesmo da recente invasão, seguiu, designada pela OTAN, como uma ameaça, especialmente, a partir do desenvolvimento e aprimoramento de diferentes capacidades, destacando-se mísseis nucleares de médio alcance¹⁵, mísseis hipersônicos (FOREIGN POLICY, 2021), Operações de Informação¹⁶

¹⁵A OTAN acusa a Rússia de violar o Tratado de Forças nucleares de Médio Alcance (*INF Treaty*) por desenvolver o míssil SSC-8 / 9M729, o que levou ao fim do Tratado em agosto de 2019 (NATO, 2019).

¹⁶Conforme definição do Manual EB20-MC-10.213: “As Operações de Informação (*Op Info*) consistem na atuação metodologicamente integrada de capacidades relacionadas à informação, em conjunto com outros vetores, para informar e influenciar grupos e indivíduos, bem como afetar o ciclo decisório de oponentes, ao mesmo tempo protegendo o nosso...” (BRASIL, 2014). Atividades afins são nomeadas como Desinformação e Propaganda pelos EUA e por outros países (EUA, 2020) e seriam sucessoras das Medidas Ativas (*Aktivnye meropriyatiya*), realizadas pelo antigo Comitê de

e ações em torno de uma rota marítima no Ártico.

Por fim, um terceiro grande desafio enfrentado pela OTAN foi justamente o desenvolvimento das EDTs, que, por sua vez, potencializaram as duas mudanças significativas supracitadas. A Aliança define essas novas tecnologias em sete categorias: Inteligência Artificial (AI); Dados e Computação; Autonomia; Tecnologia Quântica; Biotecnologia; Tecnologia Hipersônica; e Espaço. Nos últimos dez anos, novos desafios surgiram nos domínios cibernético e espacial, fazendo com que as forças convencionais da OTAN, predominantes nos outros domínios do combate (aéreo, terrestre e marítimo), não fossem mais capazes de garantir sozinhas tanto a defesa da Aliança, quanto a segurança de sua população.

Quanto ao domínio espacial, embora os EUA exerçam nítida liderança nessa área, o desenvolvimento de armas antissatélites pela Índia (CARNEGIE, 2019) e pela Rússia (BBC, 2021) e o programa espacial chinês apontam que a supremacia norte-americana no Comando e Controle e na Inteligência, por meio de satélites, pode vir a ser diretamente afetada, em caso de conflito.

Obviamente, além dessas três situações que geraram a necessidade de mudanças estruturais e funcionais dentro da Aliança,

Segurança do Estado (KGB), da ex-URSS (GALEOTTI, 2021).

outros fatos significativos ocorreram na última década e tiveram forte influência tanto na OTAN quanto, individualmente, para alguns de seus países membros. A política externa turca vem gerando conflitos internos, em especial com a França e com a Grécia, enquanto as preocupações com as mudanças climáticas crescem à medida que o tema se torna mais importante para a opinião pública europeia¹⁷, ao mesmo tempo em que é utilizado para a defesa de interesses econômicos de alguns de seus membros.

2.3. O estudo “OTAN 2030” e a agenda “NATO 2030”

Em novembro de 2020, o estudo “OTAN 2030: Unidos por uma nova Era” (NATO, 2020), realizado por um grupo independente com 10 especialistas, liderado pelo ex-Ministro da Defesa da Alemanha Thomas de Caixeire e pelo diplomata norte-americano Anton Weiss Mitchell, foi concluído. O Estudo foi encomendado pelos líderes da Organização, ao seu Secretário-Geral, em 2019, como forma de auxiliar na elaboração de um novo Conceito Estratégico.

Observa-se que o CE 2010 também foi antecedido por um estudo de especialistas, encomendado em 2009, então denominado

¹⁷ Em 2011, meio ambiente e mudanças climáticas eram citadas como uma das duas maiores preocupações por somente 3% dos europeus, ocupando a 11ª posição no ranking da pesquisa de opinião da Comissão Europeia (EU, 2011). Em 2021, mudanças climáticas e meio ambiente tornaram-se a 2ª maior preocupação dos europeus, citada por 25% dos entrevistados como uma das duas maiores, atrás apenas da situação econômica e empatada com imigração (EU, 2021).

“*NATO 2020: Assured Security; Dynamic Engagement*”, tendo sido liderado pela antiga Secretária de Estado do Governo Bill Clinton, Madeleine Albright (NATO, 2010).

Entre os desacordos à época da reunião de Cúpula de 2021, pode-se destacar o tema China. Enquanto os EUA travam uma guerra comercial com o país asiático, iniciada sob a administração Trump, mas não encerrada pelo governo democrata, que inclusive manteve o posicionamento em defesa de Taiwan, a China é o maior parceiro comercial da UE e, especialmente, da Alemanha, maior economia do Bloco. Além da questão do orçamento impositivo, de investir no mínimo 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em Defesa, o que não era cumprido pela maioria dos aliados, havia, ainda, dois fatores de desacordos internos relevantes. O primeiro provém das ações da Turquia na Síria e, especialmente, no Chipre e na Líbia, o que levou, inclusive, a um incidente entre turcos e franceses. O outro advém das relações da própria Alemanha com a Rússia, devido à insistência na construção do gasoduto *Nord Stream 2* (suspensão recentemente), alvo de pressão da Polônia e dos EUA, que aumentaria a dependência energética alemã do gás russo¹⁸.

¹⁸Conforme dados do órgão governamental alemão responsável pelo setor energético e de água, *Bundesverband der Energie und Wasserwirtschaft* (BDEW), a Alemanha importou da Rússia, em 2021, 15,3% do seu gás natural, 34% do petróleo cru e 53 % de carvão mineral. Metade dos lares alemães são, ainda, aquecidos com gás natural, o que dificulta a sua substituição por outra fonte de energia (REUTERS, 2022).

Como resultado, a reunião de Chefes de Estado e de Governo dos países da OTAN, em junho de 2021, não teve como resultado a aprovação de um novo CE. Esse foi mais um indicativo dos desacordos internos da Aliança, tendo-se adotado a agenda “*NATO 2030*”, que consiste em nove propostas de atuação, entre elas a elaboração de um novo CE, a ser aprovado na próxima reunião de líderes, em junho de 2022, em Madri.

O estudo “*OTAN 2030: Unidos por uma nova Era*” dividiu a conjuntura e os desafios da Aliança em 20 temas, tecendo uma série de recomendações para cada um, destacando-se: Rússia; China; Tecnologias Emergentes e Disruptivas; Clima e Defesa Verde; Segurança Energética; e Consultas Políticas com Parceiros. Nesse último tema, o estudo sugere à Aliança o fortalecimento do diálogo e das parcerias com países e instituições em outras partes do mundo, citando países europeus, do Mediterrâneo, do Oriente Médio, da Ásia e da Oceania. Não há nenhuma menção sobre a América Latina ou seus países em todo o trabalho.

O estudo define, ainda, as mudanças climáticas como uma ameaça não militar, capaz de impactar a segurança e os interesses econômicos de todos os 30 aliados. Recomenda que a OTAN deve tomar medidas na proteção do meio ambiente, aumentando a sua consciência situacional, a capacidade de alerta prévio e o compartilhamento de

informações, além de sugerir a criação de um Centro de Excelência para Clima e Segurança.

O documento oficial da Aliança, a agenda “*NATO 2030*”, aprovado na Reunião de Cúpula, em junho de 2021, é dividido em nove propostas. No que se refere à proposta “Combate e Adaptação à Mudança Climática”, a agenda define as mudanças climáticas como o desafio definitivo da nossa época e endossa o Plano de Ação da Aliança afeto ao tema, que ambiciona tornar a OTAN a organização internacional líder, no que diz respeito à compreensão e à adaptação ao impacto das alterações climáticas na segurança. Portanto, foi previsto que a OTAN sediará, a partir de 2022, diálogos sobre esse tema.

Cabe ressaltar a declaração do Secretário de Defesa dos EUA, em janeiro de 2021, sobre as mudanças climáticas como um tema de Segurança Nacional, a incluir na próxima Estratégia Nacional de Defesa norteamericana (EUA, 2021).

A agenda “*NATO 2030*” propõe, ainda, a aproximação com outros países e organizações, desta vez, incluindo a América Latina, que não foi citada no estudo homônimo feito por especialistas independentes. O documento define a importância de manter a liderança tecnológica da Aliança, citando como exemplo a intenção chinesa de se tornar líder em IA nesta década. Para tanto, os líderes aprovaram a criação do programa de Acelerador de Inovação de

Defesa do Atlântico Norte (*Defense Innovation Accelerator for the North Atlantic – DIANA*), oficialmente lançado em final de outubro de 2021.

As discussões sobre o Indo-Pacífico também fazem parte da rotina da OTAN, sendo a região citada diversas vezes no estudo “*OTAN 2030*”. A atuação dos EUA próximo à costa da China, o projeto chinês *One Belt One Road*, conhecido como Nova Rota da Seda, o envio de uma fragata alemã para a região (ALEMANHA, 2021) e o recente acordo militar sobre submarinos nucleares entre Washington, Londres e Sidney, que causou desgosto aos franceses (NY TIMES, 2021), são também relevantes no contexto desta década. Muito embora o tema Indo-Pacífico não seja citado na agenda da Aliança “*NATO 2030*”, muito provavelmente, constará no próximo CE, justamente em face dos (diferentes) interesses geopolíticos dos líderes aliados na região.

As demais propostas aprovadas pelos Chefes de Estado e Governo dos países aliados, na agenda “*NATO 2030*”, determinam a elaboração de um novo CE e tratam, de forma resumida, de parte dos desafios e da conjuntura supracitados, com destaque ao termo “Resiliência”, justamente em face dos desacordos internos.

3. Conclusão

O presente estudo buscou analisar a evolução da OTAN, a partir do fim da Guerra Fria, e a sua conjuntura político-estratégica, como forma de melhor compreender desde o papel geopolítico até as capacidades operacionais da Aliança, bem como os reflexos da atual crise desencadeada com a invasão russa à Ucrânia.

Da análise da Organização, nesse período, constatou-se que ela evoluiu de uma aliança militar dissuasória, destinada à defesa coletiva territorial, para uma ferramenta político-militar empregada também na salvaguarda de interesses dos países membros além de suas fronteiras. Essa evolução foi oficialmente ratificada, em seu Conceito Estratégico de 1999, quanto a considerar o contexto global para o emprego de tropas fora do Artigo 5º do Tratado de Washington, bem como no CE 2010, quando definiu as três tarefas essenciais da Aliança: defesa coletiva, gerenciamento de crise e cooperação em segurança.

Quanto à sua expansão, as adesões, a partir de 2009, consolidaram o envolvimento da Sérvia e da Bósnia-Herzegovina, confirmando a prioridade de evitar novas guerras nos Bálcãs e de manter a estabilidade na Europa. Além disso, desde o fim da Guerra Fria, todos os 14 novos membros se encontram na porção central e oriental da Europa, sendo que, desses países, 11 aderiram à União Europeia e os outros 3 também

aspiram a ser membros do Bloco europeu. Isso demonstra que a expansão da Aliança, na direção das fronteiras russas, é também fruto de um movimento na direção da Europa ocidental por parte dessas nações, a maioria antigos membros do Pacto de Varsóvia ou pertencentes à própria URSS.

Quanto às pretensões da Ucrânia de se tornar membro da OTAN, mesmo a Aliança tendo citado oficialmente essa intenção em 2008 e em outros momentos, infere-se que, a partir de 2014, tornou-se muito baixa a probabilidade dessa adesão ocorrer. Isso tanto em face dos oito anos de conflitos no país, na região de Donbass, não cumprindo assim os requisitos previstos pelo MAP da OTAN, quanto pela própria necessidade do país ser aceito por unanimidade entre os aliados, o que, na conjuntura anterior à atual invasão russa, seria muito improvável de ocorrer, a começar pela própria Alemanha, que dificilmente comprometeria seus interesses nas relações com a Rússia, como se constatou com as controvérsias envolvendo a construção do gasoduto *Nord Stream 2*, somente agora interrompida.

O estudo “OTAN 2030: Unidos por uma nova Era”, de 2020, definiu as mudanças climáticas como uma ameaça não militar, capaz de impactar a segurança e os interesses econômicos dos aliados. Entre as nove propostas da agenda “NATO 2030”, de 2021, a Aliança estabelece esse como o maior desafio dos nossos tempos e pretende se

tornar a principal organização internacional referente à compreensão e à adaptação às mudanças climáticas na área de segurança, sediando ainda, a partir de 2022, diálogos sobre o tema.

Por meio desses estudos orientadores para o próximo CE, pode-se observar um grande foco da Aliança sobre temas além do espaço euro-atlântico, tais como: mudanças climáticas, Indo-Pacífico, fluxo de recursos vitais e tecnologias de IA da China, não obstante os efeitos desses assuntos para a defesa e segurança dos países membros da OTAN. Portanto, da análise dos documentos e das operações da OTAN nos últimos anos, constata-se que, embora a Aliança mantivesse nos documentos oficiais a defesa coletiva como missão principal, na prática, priorizava as duas outras tarefas essenciais: gerenciamento de crise e cooperações em segurança.

Ao longo dos últimos 30 anos, a OTAN enfrentou diferentes desafios, quase sempre logo posteriores à aprovação de seus Conceitos Estratégicos, destacando-se: a guerra nos Bálcãs, nos meados da década de 1990; o ataque terrorista de 11 de setembro; e, mais recentemente, a Primavera Árabe; a invasão da Rússia na Crimeia em 2014; e as Tecnologias Emergentes e Disruptivas (EDTs), que vêm estendendo as ameaças para os domínios espacial e, sobretudo, cibernético. No entanto, nenhum desafio à

Aliança, após a Guerra Fria, foi maior que a presente invasão russa à Ucrânia.

Diante do atual cenário, é possível inferir a grande probabilidade de o próximo CE da OTAN voltar a tratar como prioridade a defesa territorial coletiva, justamente pela constatação de a Rússia ainda se colocar como uma ameaça real à estabilidade da Europa e à própria integridade territorial de países aliados, tornando-se o presente conflito um amálgama que tende a fortalecer os laços entre os seus integrantes, minimizando os desentendimentos internos por assuntos estranhos à defesa coletiva e desenvolvendo novas capacidades militares, tanto dos países-membros quanto combinadas.

Por fim, da apreciação da evolução da OTAN, das suas ações e intenções, da conjuntura internacional e da tendência a se fortalecer, conclui-se que, uma vez superada a atual crise, a Aliança, certamente, reunirá ainda maior capacidade de atuação e influência fora do espaço euro-atlântico e voltará a tratar de temas de interesse de seus principais membros, inclusive sobre assuntos menos afetos à defesa, como meio ambiente e mudanças climáticas, em consequência do aumento da importância político-estratégica da OTAN no mundo.

Referências

- ADST. (23 de Jun de 2014). *France has de Gaulle to Withdraw from NATO*. Disponível em: Association for Diplomatic Studies and Training: <https://adst.org/2014/06/france-has-degaulle-to-withdraw-from-nato/> Acesso em 15 mar. 2022.
- ALEMANHA. (02 de Ago de 2021). *Bundeswehr - Indo-Pacific Deployment 2021*. Disponível em: Bundeswehr: <https://www.bundeswehr.de/de/organisation/marine/aktuelles/indo-pacific-deployment-2021> Acesso em 15 mar. 2022.
- ALEMANHA. (06 de Jun de 2021). *Dritte Grundsatzrede der Verteidigungsministerin*. Disponível em: Bundesministerium der Verteidigung: <https://www.bmvg.de/de/aktuelles/dritte-grundsatzrede-verteidigungsministerin-akk-5096500> Acesso em: 15 mar. 2022.
- BARBOZA, C. E. (09 de novembro de 2018). A Estratégia Russa no Conflito da Ucrânia: contribuições para a doutrina militar brasileira. *A Estratégia Russa no Conflito da Ucrânia: contribuições para a doutrina militar brasileira*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
- BBC. (16 de Nov de 2021). *Russian anti-satellite test adds to worsening problem of space debris*. Disponível em: BBC: <https://www.bbc.com/news/science-environment-59307862> Acesso em: 15 mar. 2022.
- BRASIL. (2008). *Política Nacional de Defesa*. Brasília-DF: Ministério da Defesa.
- BRASIL. (2014). *EB20-MC-10.213 Operacoes de Informacao*. Brasil: Exército Brasileiro.
- BRING, O. (1999). Should NATO take the lead in formulating a doctrine on humanitarian intervention? *NATO Review*, 24-27.
- CARNEGIE. (15 de Abr de 2019). *India's ASAT Test: An Incomplete Success*. Disponível em: Carnegie Endowment for International Peace: <https://carnegieendowment.org/2019/04/15/india-s-asat-test-incomplete-success-pub-78884> Acesso em: 15 mar. 2022.
- ENI. (19 de abril de 2021). *Our Work in Libya*. Disponível em: ENI: <https://www.eni.com/en-IT/global-presence/africa/libya.html> Acesso em: 15 mar. 2022.
- EU. (2011). *Public Opinion in European Union*. Brussels, Belgium: European Commission.
- EU. (16 de Nov de 2021). *CSDP Missions and Operations*. Disponível em: https://ec.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/430/military-and-civilian-missions-and-operations_en Acesso em: 15 mar. 2022.
- EU. (2021). *Eurobarometer*. Brussels, Belgium: European Commission.
- EU. (16 de Nov de 2021). *Supporting climate action through the EU budget*. Disponível em: https://ec.europa.eu/clima/eu-action/funding-climate-action/supporting-climate-action-through-eu-budget_en Acesso em: 15 mar. 2022.
- EU Naval Force. (18 de 04 de 2021). *Mission*. Fonte: EU Naval Force - Somalia: Disponível em: <https://eunavfor.eu/mission/> Acesso em: 15 mar. 2022.
- EU PARLAMENT. (18 de Dez de 2019). *Parliamentary Questions*. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-9-2019-004522_EN.html Acesso em: 15 mar. 2022.
- EUA. (06 de Jan de 2017). *Assessing Russian Activities and Intentions in Recent US Elections*. Disponível em: Office of the Director of the National Intelligence: https://www.dni.gov/files/documents/ICA_2017_01.pdf Acesso em: 15 mar. 2022.
- EUA. (2020). *Pillars of Russia's Disinformation and Propaganda*. USA: US Department of State.
- EUA. (27 de janeiro de 2021). Departamento de Defesa. *Statement by Secretary of Defense Lloyd J. Austin III on Tackling the Climate Crisis at Home and Abroad*. Disponível em: <https://www.defense.gov/Newsroom/Releases/Release/Article/2484504/statement-by-secretary-of-defense-lloyd-j-austin-iii-on-tackling-the-climate-cr/> Acesso em: 15 mar. 2022.
- FOREIGN POLICY. (04 de Nov de 2021). *Russia Goes Hypersonic*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2021/11/04/russia-hypersonic-missiles-race-navy-us-security/> Acesso em: 15 mar. 2022.
- GALEOTTI, M. (21 de Abr de 2021). *Russia's Global Reach: A Security and Statecraft Assessment*. Chapter 14: Active Measures: Russia's Covert Global Reach. *George C. Marshall European Center for Security Studies*, pp. Disponível em: <https://www.marshallcenter.org/en/publications/marshall-center-books/russias-global-reach-security-and-statecraft-assessment/chapter-14-active-measures-russias-covert-global-reach>. Acesso em 15 mar. 2022.
- HONKANEN, K. (2002). *The Influence of Small States on NATO-Decision Making*. Stockholm: FOI - Swedish Defense Research Agency.

- NATO. (04 de abril de 1949). *The North Atlantic Treaty (1949)*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (08 de novembro de 1991). *The Alliance's New Strategic Concept*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_23847.htm Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (24 de Mar de 1999). *Membership Action Plan*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_27444.htm Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (24 de abril de 1999). *The Alliance's Strategic Concept*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_27433.htm Acesso em 15 mar. 2022.
- NATO. (21 de novembro de 2002). *Prague Summit Declaration*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_19552.htm Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (03 de abril de 2008). *Bucharest Summit Declaration 2008*. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/update/2008/04-april/e0403h.html> Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (17 de Maio de 2010). *NATO 2020: Assured Security; Dynamic Engagement*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_63654.htm Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (20 de novembro de 2010). *Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_82705.htm Acesso em: 15 mar 2022.
- NATO. (05 de 09 de 2014). *Wales Summit Declaration*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/ic/natohq/official_texts_112964.htm Acesso em: 15 mar 2022.
- NATO. (07 de Abr de 2016). *Kosovo Air Campaign*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49602.htm Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (08 de Jun de 2018). *NATO Readiness Initiative*. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2018_06/20180608_1806-NATO-Readiness-Initiative_.pdf Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (09 de Ago de 2019). *Aegis Ashore ballistic missile defence system in Romania completes scheduled update*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_168377.htm?selectedLocale=en Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (29 de novembro de 2019). *Defence Expenditure of NATO Countries (2013-2019)*. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2019_11/20191129_pr-2019-123-en.pdf Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (25 de novembro de 2020). *NATO 2030: United for a New Era*. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2020/12/pdf/201201-Reflection-Group-Final-Report-Uni.pdf Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (02 de Dez de 2020). *NATO Foreign Ministers discuss China's rise*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_179806.htm Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (02 de Jul de 2021). *Cyber Defense*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_78170.htm Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (21 de abril de 2021). *History of the NATO-led Stabilisation Force (SFOR)*. Disponível em: <https://www.nato.int/sfor/docu/d981116a.htm> Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (13 de Abr de 2021). *NATO Secretary General highlights the importance of a global approach to security at India's Raisina Dialogue*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_183009.htm Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (20 de abril de 2021). *NATO's Partners*. Fonte: NATO: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/51288.htm>
- NATO. (10 de Set de 2021). *Operations and Missions: Past and Present*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_52060.htm Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (14 de junho de 2021). *OTAN 2030*. Disponível em: https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2021/06/pdf/2106-factsheet-nato2030-en.pdf Acesso em: 15 mar. 2022.
- NATO. (25 de agosto de 2021). *NATO with Pakistan*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50071.htm Acesso em: 25 abr. 2022.
- NATO. (17 de junho de 2021). *Relations with Colombia*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_143936.htm Acesso em: 25 abr. 2022.

NATO. (02 de setembro). *Relations with the Republic of Korea*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50098.htm. Acesso em: 25 abr. 2022.

NATO. (24 de Mar de 2022). *NATO Support to Turkey*. Disponível em: <https://shape.nato.int/ongoingoperations/nato-patriot-mission-in-turkey-> Acesso em: 15 mar. 2022.

NATO. (27 de Jan de 2022). *NATO-Russia relations: the facts*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_111767.htm#:~:text=Fact%3A%20NATO%20ballistic%20missile%20defence,outside%20the%20Euro%2DAtlantic%20area. Acesso em: 15 mar. 2022.

NATO. (24 de Mar de 2022). *Statement by NATO Heads of State and Government*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_193719.htm Acesso em: 15 mar. 2022.

NATO. (19 de abril de 2022). *NATO with Japan*. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50336.htm Acesso em: 25 abr. 2022.

NY TIMES. (16 de Set de 2021). *In Submarine Deal With Australia, U.S. Counters China but Enrages France*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/16/world/europe/france-australia-uk-us-submarines.html> Acesso em: 15 mar 2022.

NY TIMES. (05 de junho de 2001). *In Accord, Turkey Tentatively Agrees European Union Force May Use NATO Bases*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2001/06/05/world/in-accord-turkey-tentatively-agrees-european-union-force-may-use-nato-bases.html> Acesso em: 15 mar. 2022.

NY TIMES. (16 de Fev de 2022). *On the Edge of a Polish Forest, Where Some of Putin's Darkest Fears Lurk*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/02/16/world/europe/poland-missile-base-russia-ukraine.html> Acesso em: 15 mar. 2022.

ONU. (01 de setembro de 1996). *Ex-Iugoslávia UNPROFOR*. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/unpr_of_b.htm Acesso em: 15 mar. 2022.

ONU. (26 de março de 1999). *Security Council Rejects Demand for Cessation of Use Of Force Against Federal Republic of Yugoslavia*. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/1999/19990326.sc6659.html> Acesso em: 15 mar. 2022.

ONU. (18 de Maio de 1999). *Secretary-General Says Renewal Of Effectiveness and Relevance Of Security*

Council Must be Cornerstone of Efforts to Promote International Peace in Next Century. Press Release SG/SM/6997: Disponível em: <https://www.un.org/press/en/1999/19990518.SGSM6997.html> Acesso em: 15 mar. 2022.

OSCE. (14 de dezembro de 1995). *Dayton Peace Agreement*. Disponível em: <https://www.osce.org/bih/126173> Acesso em: 15 mar. 2022.

OSCE. (22 de abril de 2021). *OSCE Special Monitoring Mission to Ukraine*. Disponível em: <https://www.osce.org/special-monitoring-mission-to-ukraine> Acesso em: 15 mar. 2022.

OTTIS, R. (01 de outubro de 2018). *Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence. Analysis of the 2007 Cyber Attacks Against Estonia from the Information Warfare Perspective*. Disponível em: https://ccdcoe.org/uploads/2018/10/Ottis2008_AnalysisOf2007FromTheInformationWarfarePerspective.pdf Acesso em: 15 mar. 2022.

REUTERS. (16 de 10 de 2018). *NATO cyber command to be fully operational in 2023*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-nato-cyber-idUSKCN1MQ1Z9> Disponível em: 15 mar. 2022.

REUTERS. (04 de Fev de 2022). *EU to overhaul process for admitting new members in bid to lift French veto*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-eu-balkans-idUSKBN1ZY198> Acesso em: 15 mar. 2022.

REUTERS. (08 de Mar de 2022). *Factbox: How dependent is Germany on Russian gas?* Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/how-dependent-is-germany-russian-gas-2022-03-08/> Acesso em: 15 mar. 2022.

SHAKARIAN, P. (2011). *The 2008 Russian Cyber Campaign against Georgia*. *Military Review*, 63-68.

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. (18 de fevereiro de 2021). *Military expenditure by country as percentage of government spending, 1988-2019*. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex#:~:text=The%20SIPRI%20Military%20Expenditure%20Database,years%20included%20in%20the%20database.> Acesso em: 15 mar. 2022.

TOTAL. (19 de abril de 2021). *Our Business in Libya*. Disponível em: <https://www.total.com/libya> Acesso em: 15 mar. 2022.

Leia a publicação "Análise"!



Sem periodicidade definida, a publicação "Análise" destina-se a analisar fatos recentes, a fim de contribuir para o entendimento da conjuntura atual.

A primeira publicação abordou a Estratégia dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico, com comentários sobre cada um dos objetivos propostos pelo documento.

Caso o leitor tenha interesse em recebê-la, favor entrar em contato com o Centro de Estudos Estratégicos do Exército, pelo e-mail: ceeex2015@gmail.com